

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF ROBERTO DA SILVA ADRIANO

O INTERESSE CHINÊS NA ÁFRICA:
a busca pelo Espaço Vital à luz do *Zeitgeist* contemporâneo

Rio de Janeiro

2020

CF ROBERTO DA SILVA ADRIANO

O INTERESSE CHINÊS NA ÁFRICA:
a busca pelo Espaço Vital à luz do *Zeitgeist* contemporâneo

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Marcelo Marcel Felix

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha querida mãe Nilza, que mesmo longe sempre teve toda preocupação e cuidado com o caminho por mim trilhado, e à minha amada filha Maria Eduarda, fonte maior de minha inspiração pelo simples fato de existir em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela saúde e perseverança no decorrer deste estudo.

Aos amigos da Turma Almirante Barroso, por todo o apoio e amizade sempre presentes desde 1995, nos bancos escolares de “Batista das Neves”, até os dias de hoje, na cooperação mútua para a elaboração desta Dissertação.

Aos amigos da Turma C-EMOS 2020, pela cordialidade e infindáveis e valiosas trocas de experiências no acerto dos detalhes técnicos acerca da confecção deste trabalho.

À Escola de Guerra Naval, pela oportunidade de crescimento cultural e intelectual no decorrer deste curso.

Ao meu orientador, Capitão de Fragata Marcel Felix, pela paciência e seguras orientações na correção de rumos ao longo desta jornada.

RESUMO

Sob a ótica da Teoria do Espaço Vital de Friedrich Ratzel e do conceito de *Zeitgeist*, analisaremos as relações entre África e China e buscaremos verificar se há aderência entre estas relações e aquela teoria e conceito. Para possibilitar esta análise, abordaremos os caminhos percorridos pela China e pelos países africanos, os motivos que levaram a uma convergência de interesses e quais foram esses interesses. A África será analisada desde a independência de diversos de seus países, passando pelo pós-Guerra Fria e a consequente marginalização do continente africano, até o seu “renascimento”, no final do século XX. A China será vista desde a Política das 4 Modernizações de Deng Xiaoping, passando pela queda do Muro de Berlim e os protestos da Praça da Paz Celestial em 1989, quando a China sofreu certo isolamento do “mundo ocidental”, até sua reinserção no Sistema Internacional como potência regional e posteriormente global. Por fim, a conclusão nos mostrará que a China realiza suas relações com a África dentro do conceito de *Realpolitik*, em busca de seu Espaço Vital, que permita ampliar sua zona de influência, continuar seu crescimento econômico e proporcionar as condições de sobrevivência para sua população (alimentos), dentro de um *modus faciendi* aceito na atualidade, isto é, por influência sócio-político-econômica e não por conquista territorial – o *Zeitgeist* contemporâneo.

Palavras-chave: China, África, Renascimento Africano, Sistema Internacional, Espaço Vital e *Zeitgeist*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - <i>Belt and Road Initiative</i>	39
Gráfico 1 - Crescimento econômico de países africanos entre 2000 e 2018	19
Gráfico 2 - Crescimento econômico da China entre 1978 e 2018	25
Gráfico 3 - Balança comercial China-África de 2000 a 2010	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS -	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (tradução em português)
BRI -	<i>Belt and Road Initiative</i>
BRICS -	Acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
EUA -	Estados Unidos da América
FMI -	Fundo Monetário Internacional
FOCAC -	<i>Forum on China-Africa Cooperation</i>
IBAS -	Acrônimo de Índia, Brasil e África do Sul
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONU -	Organização das Nações Unidas
OTAN -	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA -	Organização da Unidade Africana
PCC -	Partido Comunista Chinês
PIB -	Produto Interno Bruto
SACU -	<i>Southern Africa Customs Union</i>
SADC -	<i>Southern Africa Development Community</i>
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE -	Zona Econômica Especial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	ZEITGEIST E A TEORIA DO ESPAÇO VITAL	11
2.1	O <i>Zeitgeist</i>	11
2.2	A Teoria do Espaço Vital	13
3	A ÁFRICA E A CHINA DA GUERRA FRIA AO SÉCULO XXI	16
3.1	A África: das independências ao renascimento	16
3.1.1	As crises internas	17
3.1.2	O Renascimento Africano	18
3.2	A China: de Deng Xiaoping ao século XXI	23
4	AS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS	29
4.1	Interesses mútuos	29
4.2	Cicatrizes no continente africano	35
4.3	<i>Belt and Road Initiative</i> - A Nova Rota da Seda	37
5	CONCLUSÃO	43
	REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

Na Antiguidade, o homem lutava para expandir seus domínios, suas terras, construindo verdadeiros impérios, como o Império Romano e o Turco Otomano. Era a forma das sociedades sobreviverem naquela época, muito baseada em suas capacidades militares, o que expressa o quão poderoso era aquele Imperador. O tempo passou, as sociedades sofreram mudanças e já não temos mais as conquistas territoriais como *modus operandi* na atualidade.

Vemos, nos dias de hoje, uma luta – não em seu sentido bélico – por influência e conquista de mercados para a realização de transações comerciais. A “guerra” virou econômica, mas não só econômica. A busca por influência e apoio de outros países também se faz presente nos tempos atuais. Buscam-se apoios, alicerçados em aspectos políticos, culturais e diplomáticos, que possam proporcionar alguma vantagem nas relações entre os Estados no Sistema Internacional.

Nesse sentido, mostraremos como surgiu e evoluiu o interesse da China no continente africano do pós-Guerra Fria até meados do século XXI, abordando aspectos econômicos, sociais, de política interna e de relações internacionais, em paralelo com o desenvolvimento da África e quais fatores levaram China e África a se tornarem interessantes um para o outro.

Com esse entendimento em mente, desenvolveremos o pensamento para atingir o objetivo deste trabalho: confrontar as relações sino-africanas com o embasamento teórico desta pesquisa – o *Zeitgeist* e a Teoria do Espaço Vital de Friedrich Ratzel –, a fim de responder ao seguinte questionamento: “existe aderência das relações sino-africanas à Teoria do Espaço Vital à luz do *Zeitgeist* contemporâneo?”, que servirá como linha mestra de nossa pesquisa.

Ao longo deste trabalho, ao mencionarmos as relações entre China e “África” ou “países africanos” nos referimos somente àqueles países com os quais a China desenvolve

relações sócio-político-econômicas, entre os quais Angola, Argélia, Etiópia, Moçambique e Namíbia, sendo a maioria dos países do continente, mas não sua totalidade.

A metodologia empregada no trabalho envolve a revisão bibliográfica sobre o assunto e o desenho de pesquisa será a síntese.

Esta dissertação será dividida em cinco capítulos. No segundo capítulo, serão apresentados os conceitos de *Zeitgeist* e de Espaço Vital, que serão confrontados com as características das relações entre China e África, como descrito acima.

No terceiro capítulo, abordaremos a trajetória percorrida pela África e pela China dentro do corte temporal deste estudo. No caso da África, desde o período da Guerra Fria, com a influência dos EUA e a independência de várias colônias europeias, passando pelos conflitos e problemas internos dos países, o final da Guerra da Fria e a consequente marginalização do continente africano até o seu ressurgimento no Sistema Internacional – o Renascimento Africano. Em paralelo, veremos a China e sua evolução desde a Política das 4 Modernizações de Deng Xiaoping, passando pelas crises decorrentes da queda do Muro de Berlim e os episódios da Praça da Paz Celestial em 1989, chegando finalmente em sua afirmação como potência no Sistema Internacional. Veremos, também, como essas duas trajetórias se cruzaram no tempo e geraram o interesse mútuo entre China e África.

No quarto capítulo, abordaremos como essa relação se processou em termos econômicos, políticos, diplomáticos e sociais, isto é, quais eram os verdadeiros interesses da China na África e o que esta tinha a oferecer. Será apresentado, também, o lado ruim dessa relação para o continente africano: qual o legado negativo para África? Por fim, a Nova Rota Seda aparecerá como um grandioso empreendimento chinês que visa integrar China, Ásia, África, Europa e América Latina. Para a África, um incremento nas relações já existentes com a China.

Por fim, no sexto capítulo serão apresentadas as conclusões a que chegamos e

responderemos a pergunta formulada à luz da metodologia empregada.

2 ZEITGEIST E A TEORIA DO ESPAÇO VITAL

Neste capítulo será apresentado o arcabouço teórico sobre o qual será desenvolvida esta pesquisa. Sua apresentação é de suma importância para que, ao final deste trabalho, possamos fazer a confrontação do estudo (realidade observada) com a teoria e o conceito aqui apresentados, confirmando ou negando-os, total ou parcialmente, de modo a responder a pergunta formulada, que serve como gênese desta pesquisa.

2.1 O *Zeitgeist*

Zeitgeist é um termo alemão formado pelas palavras *zeit* (tempo, época) e *geist* (espírito, alma, essência). Sua tradução para o português é tida como “espírito do tempo” ou “espírito de época”.

O conceito de *Zeitgeist* foi inicialmente usado por Johann Gottfried Herder¹ (1744-1803), no século XVIII. Porém, é Hegel² (1770-1831) que nos traz os mais robustos pensamentos sobre o significado de *Zeitgeist* (REINELT, 2013).

Para o filósofo Peter Singer³ (1995 *apud* REINELT, 2013), a palavra *geist* possui sentido ambíguo e ele comenta sobre o uso que Hegel dá para ela:

Essa palavra alemã pode ser traduzida em inglês de acordo com o contexto, tanto como "espírito", quanto como "mente". No primeiro sentido, pode ter conotações religiosas; no segundo, é a palavra normal usada para descrever o lado mental ou intelectual do nosso ser, distinto do físico. Como o termo alemão cobre esses dois significados, Hegel pode usá-lo de uma maneira que sugere uma mente coletiva abrangente, que é uma força ativa ao longo da história. (SINGER, 1995, p. 342, tradução nossa⁴).

Segundo Reinelt (2013), Hegel oferece uma visão do caráter mutável da vida

¹ Filósofo e escritor alemão.

² Georg Wilhelm Friedrich Hegel foi um filósofo alemão.

³ SINGER, Peter. *Zeitgeist*. Oxford: Oxford University Press, 1995, p. 342.

⁴ No original: “This German word can be rendered in English, according to the context, either as ‘spirit’ or as ‘mind’. In the former sense it can have religious connotations; in the second it is the normal word used to describe the mental or intellectual side of our being, as distinct from the physical. Because the German term covers both these meanings, Hegel is able to use it in a way that suggests an overarching collective Mind that is an active force throughout history”.

social vivida no presente como sendo o resultado daquilo que foi absorvido pelo consciente humano ao longo do tempo. Para Hegel, o estudo das particularidades históricas revela, como dito por Peter Singer, o *geist* maior, o mais abrangente que o intelecto humano pode conhecer ao observar as especificidades do presente, sendo o passado uma janela temporal de desenvolvimento da consciência humana.

Em suma, podemos definir, de forma sucinta e para a finalidade a que se propõe este estudo, *Zeitgeist* como sendo a adaptação do comportamento social dos indivíduos e da própria sociedade enquanto coletividade ao tempo presente, considerando todo o arcabouço moral e intelectual daqueles indivíduos e da sociedade naquele tempo. A construção deste arcabouço se dá ao longo de suas existências, por meio da observação, absorção e aprendizagem com os fatos históricos do passado, levando à adaptação de seus comportamentos ao que a sociedade estabeleceu como seus novos parâmetros morais e intelectuais, ou seja, seu novo *Zeitgeist*. Nesta ótica, podemos considerar que um determinado tempo possui uma alma, uma essência própria e única que é fruto da conjuntura daquele momento, construída desde o passado.

Até mesmo o arcabouço jurídico de uma sociedade evolui com seu *Zeitgeist*, uma vez que as leis são as regras que regem o convívio social daquela sociedade de acordo com seus conceitos morais e intelectuais. Logo, com o evoluir desses parâmetros, as leis vão se adequando ao *Zeitgest* atual.

Dessa forma, algo que era aceito com normalidade no passado, dentro da moralidade daquela época, ou seja, do *Zeitgeist* em vigor, pode se tornar algo inaceitável nos dias atuais ou vice-versa. Por exemplo, em um movimento iniciado no fim da Idade Média (século V ao século XV), a Igreja Católica perseguia aqueles que se opunham aos inquestionáveis dogmas católicos (sob o ponto de vista da própria Igreja), os hereges. Esse movimento ficou conhecido como Inquisição e teve diversas faces ao longo de alguns séculos,

passando pelo ato de excomungar os considerados hereges até à execução com a morte na fogueira dos ditos envolvidos com feitiçaria⁵. Esse era o *Zeitgeist* daquela época, o que é inaceitável nos dias atuais⁶.

2.2 A Teoria do Espaço Vital

A Teoria do Espaço Vital foi idealizada por Friedrich Ratzel⁷ (1844-1904) na década de 1890, que inicialmente usou o termo *Lebensraum*. Foi Rudolf Kjellén⁸ (1864-1922) quem passou a utilizar a expressão “Espaço Vital”. *Lebensraum* é o mais conhecido termo da política alemã no século XX (SMITH, 1980).

Segundo Ratzel⁹ (1901 *apud* SMITH, 1980), *Lebensraum* era o espaço geográfico necessário para permitir a vida de uma população com determinado tamanho e modo de vida. O tamanho desse espaço variaria conforme a interação entre essa população e o meio ambiente e cresceria na medida em que aquela população aumentasse. Poderíamos ver o *Lebensraum* como a seleção natural de Charles Darwin¹⁰ (1809-1882) no plano espacial e do meio ambiente.

A seleção natural de Darwin nos diz que a adaptação de uma espécie a seu meio ambiente leva a um sucesso na sua evolução e à tendência de se expandir no espaço, ocupando um círculo cada vez maior, caso não houvesse resistência. Entretanto, o que determina a expansão desta espécie no terreno é a geografia dele, as mudanças no meio ambiente e a confrontação com as outras formas de vida ali existentes (SMITH, 1980).

Cada vez que uma espécie se expande no terreno e, conseqüentemente, se depara

⁵ Para mais informações acesse: <https://brasilecola.uol.com.br/guerras/inquisicao.htm>.

⁶ O exemplo citado não tem por finalidade gerar qualquer tipo de discussão religiosa, mas somente exemplificar a evolução do *Zeitgeist*, objeto desta seção do estudo.

⁷ Alemão, é considerado o “pai da Geopolítica”, embora não tenha empregado este termo em suas obras.

⁸ Sueco, foi cientista político e criador do termo “Geopolítica” em 1899.

⁹ RATZEL, Friedrich. *Die Erde und das Leben. Eine vergleichende Erdkunde*, vol. 2. Leipzig e Viena, 1901.

¹⁰ Segundo Darwin, cientista natural inglês, os organismos melhores adaptados ao meio têm maiores chances de sobrevivência do que os menos adaptados, deixando um número maior de descendentes. Os organismos melhores adaptados são, portanto, selecionados pelo e para aquele ambiente.

com condições geográficas e de meio ambiente diferentes, novas adaptações são necessárias à continuidade de sua evolução. Chega um ponto em que esta espécie se confronta com outra já existente naquele terreno e que necessita dos mesmos recursos físicos que ela para a sobrevivência. Nesse momento, instaura-se a luta pela sobrevivência e o mais adaptado vence.

Assim, a história de qualquer espécie – inclusive a espécie humana – é uma história da evolução de seus padrões adaptativos ao seu *Lebensraum* (SMITH, 1980).

Para a espécie humana, os principais aspectos observados na adaptação ao meio ambiente e às condições geográficas encontradas ao longo de sua evolução foram e ainda são a cultura, a tecnologia, o intelecto e a organização social (RATZEL, 1901¹¹ *apud* SMITH, 1980). Com elas, o homem evoluiu das cavernas à conquista da Lua e das mortes por desconhecimento de doenças ao mapeamento do DNA humano, por exemplo.

Ratzel¹² (1894 *apud* SMITH, 1980) coloca em sua teoria dois elementos-chave que se interligam: a migração e a colonização. O primeiro é a consequência comportamental da necessidade de expandir o *Lebensraum* e o segundo, a efetiva ocupação e exploração do novo espaço, não sendo a simples exploração pela exploração, mas sim para subsistir daquele espaço, uma vez que o que se busca é expandir o *Lebensraum*.

Para Ratzel¹² (1894 *apud* SMITH, 1980), dentre as diversas formas de migração humana, somente a colonização provoca mudanças históricas e encoraja o desenvolvimento e difusão de uma nova cultura. As conquistas territoriais eram acompanhadas de migração (dos conquistadores), mas a efetiva colonização, com suas consequentes mudanças culturais, só se dava quando os conquistadores criavam vínculo com a nova terra, o que no passado se materializava por meio de seu cultivo, isto é, da agricultura, de modo a obter a própria subsistência. Agricultura e civilização estavam inexoravelmente interligadas.

Não podemos deixar de considerar o momento histórico em que foi elaborada a

¹¹ RATZEL, Friedrich. *Die Erde und das Leben. Eine vergleichende Erdkunde*. Leipzig e Viena, 1901.

¹² RATZEL, Friedrich. *Lebensraum*. p. 126-27; *Politische Geographie*. p. 33-59, 90-121; *Völkerkunde*, Leipzig e Viena, 1894.

teoria de Ratzel. A Alemanha estava mergulhada em conflitos, buscando principalmente sua unificação política, além da conquista de novos territórios que lhe servissem de fonte de expansão, o que pode ter influenciado a elaboração da Teoria do Espaço Vital. Além disso, devemos observar a questão racial que envolve a criação desta teoria. À época, ela foi usada como pretexto para propagar a suposta supremacia da raça ariana, subjugando a raça judia, resultando no que hoje chamamos de Holocausto¹³.

Embora a teoria tenha sido criada nesse contexto histórico e utilizada para os fins acima expostos, isto não nos impede de utilizá-la nesse trabalho, analisando-a somente em sua essência – como a teoria que é – sem considerarmos as entrelinhas existentes no que diz respeito ao momento histórico e às questões raciais que a envolvem. Dessa forma, neste trabalho olharemos para esta teoria sem os vieses existentes no momento de sua concepção, ou seja, a analisaremos em sua essência: a busca por espaço geográfico que permita melhores condições de vida e até mesmo de sobrevivência de uma espécie.

Por fim, considerando a espécie humana, realidade deste trabalho, podemos ver o Espaço Vital como aquele que o homem busca para atender às necessidades de seu povo, seja espaço físico, alimentos, recursos naturais necessários ao seu desenvolvimento ou influência cultural.

Vimos neste capítulo a conceituação de *Zeitgeist* e de Espaço Vital para que, no desenvolvimento e conclusão deste estudo, possam ser confrontados com o fato concreto estudado.

No próximo capítulo, iniciaremos a abordagem do objeto deste trabalho, ou seja, as relações existentes entre China e África.

¹³ Assassinato sistemático de cerca de 6 milhões de judeus patrocinado pelo Estado Nazista (Alemanha) durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Holocaust>. Acesso em: 26 jul. 2020.

3 A ÁFRICA E A CHINA DA GUERRA FRIA AO SÉCULO XXI

Neste capítulo serão analisadas, nos campos econômico, político, social e das relações exteriores, as trajetórias percorridas pela África desde as independências de seus Estados e pela China desde Deng Xiaoping¹⁴, ambos até o século XXI, e os fatores que levaram a África a se mostrar interessante para a China e o porquê, sob a ótica chinesa, deste interesse no continente africano.

3.1 A África: das independências ao renascimento

No período da Guerra Fria¹⁵, os países do continente africano vivenciaram suas independências entre 1950 e 1970 e passaram a fazer parte do Sistema Internacional sob o manto da bipolaridade existente entre EUA e ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Por ocasião da queda do muro de Berlim¹⁶, pode ser observado, na África, o ressurgimento de conflitos internos em busca de reestruturação política, o que causou a marginalização do continente africano no Sistema Internacional. Segundo Visentini,

O fim da polaridade e do (...) conflito Leste-Oeste, agravado pelo desmembramento e desaparecimento da ex-União Soviética em fins de 1991, fizeram com que o continente africano perdesse grande parte de sua importância e capacidade de barganha, ao que se acrescentava a própria perda de importância econômica (...). O resultado foi a marginalização da África no Sistema Internacional e a desestratificação e tribalização dos conflitos e da política regional (VISENTINI, 2010, p. 64).

A situação vivida na África pela maioria de seus países, possuidores de baixos índices de desenvolvimento humano, levou a diplomacia estadunidense a classificá-los como

¹⁴ Líder político da China no período de 1978 a 1992.

¹⁵ Período de tensão geopolítica que perdurou de 1947 até 1991, no qual o bloco soviético, formado pela ex-URSS e seus aliados do Pacto de Varsóvia por um lado, e o bloco capitalista, formado pelos EUA e seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) por outro lado, realizavam uma corrida ao armamento, de forma perigosa, de modo que nenhum dos lados tinha a certeza da vitória em caso de uma eventual guerra.

¹⁶ Ocorrido em 1989, foi o marco que deu início ao fim do período conhecido como Guerra Fria, que perdurou de 1947 a 1991 e será conceituada na seção seguinte.

“Estados falidos”¹⁷. Entretanto, no começo do século XXI, mesmo que de forma gradual e assimétrica, esta situação começou a ser alterada devido ao incremento da reafirmação dos países africanos, à busca de soluções para os problemas internos e alternativas internacionais para as crises locais, almejando renovar a assertividade dos Estados africanos e do próprio continente como um todo no Sistema Internacional.

3.1.1 As crises internas

As crises no continente africano após o término da Guerra Fria mencionadas acima são o resultado de movimentos que buscavam uma reestruturação dos Estados africanos em decorrência de segregações geopolíticas e sociais impostas no período colonial e de independência, sem que tivessem sido observadas as afinidades étnicas e religiosas dos povos, o que acabou por resultar em eclosão de violência. Somam-se a esses fatores, elementos econômicos e de poder nacional dos países africanos, como petróleo, gás, recursos minerais (diamante, por exemplo) e extensões territoriais. Tais crises não ocorreram somente internamente aos países, mas atingiram dimensões fora das fronteiras nacionais, como, por exemplo, tensões na Somália, Burundi, Ruanda, Uganda, República Democrática do Congo, Sudão, Serra Leoa e Zimbábue, ocorridas nas duas últimas décadas.

Outros fatores também contribuíram para o agravamento destas crises, como problemas sociais e econômicos devido às baixas taxas de crescimento, elevadas taxas de pobreza e de precariedade de serviços essenciais, como saúde e educação. Diversas doenças epidêmicas assolaram a África, causando crises humanitárias, como a pólio, a tuberculose, a AIDS (acrônimo em inglês para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) e o vírus ebola, tornando-se grandes desafios a serem superados pela comunidade africana e também

¹⁷ Para efeitos deste estudo, considera-se “Estado falido” o termo que designa um país cujo governo seja ineficaz e não mantém de fato o controle sobre o território, o que resultaria em altas taxas de criminalidade, corrupção extrema, um extenso mercado informal, poder judiciário ineficaz, interferência militar na política, além da presença de grupos armados paramilitares ou organizações terroristas controlando de fato parte ou todo o território.

internacional. Esse quadro delicado levou a um discurso pessimista quanto ao futuro do continente africano no período do pós-Guerra Fria, mas que, com o passar do tempo, foi sendo suavizado e revertido até se alcançar o período conhecido como Renascimento Africano.

3.1.2 O Renascimento Africano

Segundo Saraiva (2015), após ter vivenciado um longo período de marginalização no século XX, a chegada do século XXI trouxe esperança ao continente africano: seu renascimento geopolítico, com graduais crescimento econômico e melhora de aspectos sociais e políticos do continente mais atrasado do globo. Frente a um passado de epidemias, guerras e crises alimentares, os horizontes que se abrem para a África sugerem o começo de um novo ciclo, com o despontar africano em nível mundial, por meio do aprimoramento na governança pública e crescimento econômico sustentável, mas principalmente que observem os direitos fundamentais da pessoa humana, o fim da desigualdade entre raças, o direito à educação, a liberdade de imprensa, etc.

De acordo com Saraiva (2015), entre 2000 e 2015, verificou-se um crescimento médio de 5% no Produto Interno Bruto (PIB) africano (GRAF. 1), com inflação anual estável em cerca de 6% no mesmo período. A contar da crise de 2008/2009 (crise no mercado imobiliário estadunidense), o PIB anual africano cresceu mais que o PIB dos países europeus e das Américas e as previsões para os anos vindouros, vislumbradas em 2013, eram otimistas, de acordo com relatórios do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os investimentos internos ficaram na casa dos 19% do PIB, maior que o do Brasil (cerca de 15%), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A África vinha se tornando a escolha prioritária em novas áreas de investimentos e opções de empréstimos do Banco Mundial.

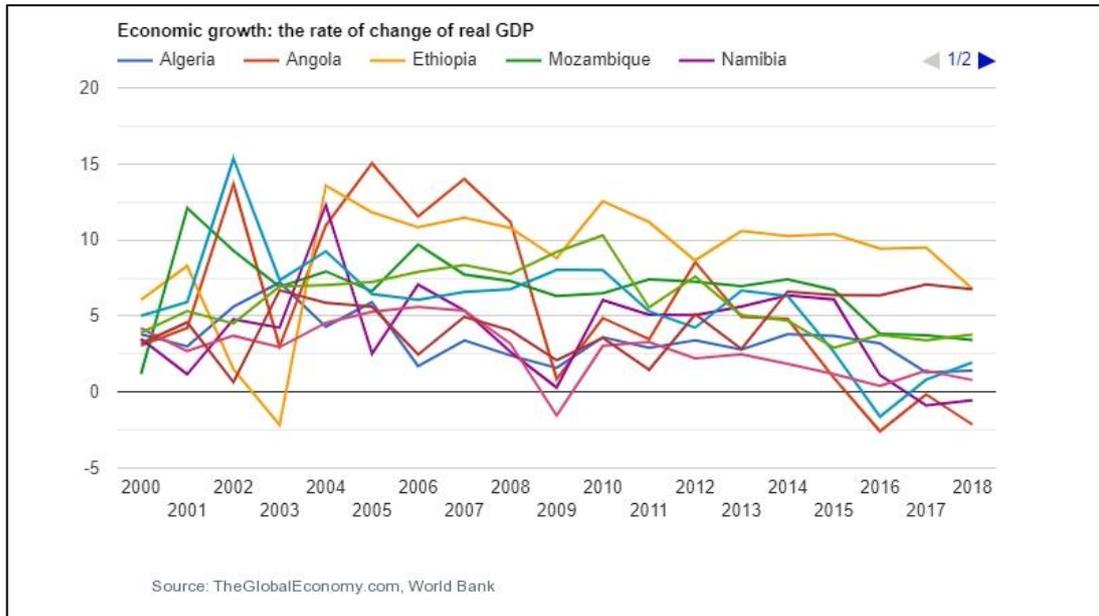


GRÁFICO 1 – Crescimento econômico (variação do PIB) de países africanos entre 2000 e 2018. Fonte: *site The Global Economy*. Disponível em: <https://www.theglobaleconomy.com/compare-countries/>. Acesso em: 22 maio 2020.

No gráfico, podemos identificar o PIB da Argélia, Angola, Etiópia, Moçambique e Namíbia, entre 2000 e 2018, com média de crescimento anual elevado, em consonância com Saraiva (2015).

Ainda segundo Saraiva (2015), esse aumento no nível de inserção dos países africanos no cenário internacional no século XXI pode ser o reconhecimento pelo avanço gradual da solução dos conflitos armados, da democratização de regimes políticos e do crescimento econômico aliado a performances macroeconômicas satisfatórias embasadas em responsabilidade fiscal e social.

O surgimento da expressão “Renascimento Africano”, criada pelo ex-presidente da África do Sul Thabo Mbeki, foi fruto de um processo gradual de recuperação africana devido a suas ações e reconhecimento de suas dificuldades e potencialidades. Constituíram esse processo de recuperação a revitalização econômica, a reconstrução interna, a identificação de problemas socioeconômicos internos aos Estados e ao continente como um todo e a retomada de assertividade nas relações internacionais.

Segundo Pecequilo (2012), três acontecimentos no campo político podem ser

analisados para o surgimento do Renascimento Africano: as relações extrarregionais nos anos 2000, o fim do *Apartheid*¹⁸ na África do Sul no começo da década de 1990 e o multilateralismo africano. Nessa ótica, o fim do *Apartheid* trouxe consigo o fim de embargos econômicos contra a África do Sul, o que permitiu a consolidação do processo de recuperação econômica daquele Estado. Em consequência, abriu caminho para a aproximação da África do Sul com outras economias emergentes, com vistas ao firmamento de cooperações estratégicas, por meio dos fóruns de cooperação multilateral IBAS¹⁹ e BRICS²⁰, permitindo o intercâmbio de vários objetivos comuns nos campos econômico, político e social, no tocante às necessidades de reformas das organizações internacionais multilaterais.

No campo regional, esses movimentos sul-africanos de reconciliação interna e seus desdobramentos multilaterais internacionais se expandiram para seus vizinhos, resultando na criação de comunidades de desenvolvimento africano, como a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, em inglês), a União Aduaneira da África Austral (SACU, em inglês) e a Organização da Unidade Africana (OUA). Essas comunidades aprofundaram suas relações a partir de 1990, visando ao livre comércio e integração econômica de seus membros. Houve, inclusive, aproximação com blocos extrarregionais como o Mercosul e a União Europeia.

A despeito da criação dessas comunidades e da aproximação com blocos econômicos na América do Sul e na Europa, Pecequillo (2012) considera que a principal razão da África ter superado o quadro de marginalização no qual mergulhou no século XX foi a relação com a China, que permitiu ao continente atingir um novo potencial de desenvolvimento e crescimento econômicos. Ainda, considera que as alianças extrarregionais

¹⁸ Política de segregação racial implantada na África do Sul, onde a minoria branca, os únicos com direito a voto, detinha todo poder político e econômico no país, enquanto à imensa maioria negra restava a obrigação de obedecer rigorosamente à legislação separatista. Perdurou de 1948 até 1992. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/apartheid.htm>. Acesso em: 21 jun. 2020.

¹⁹ IBAS - Acrônimo para o fórum composto por Índia, Brasil e África do Sul.

²⁰ BRICS - Acrônimo para o grupo de cooperação composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

da África são parte do reordenamento de poder global, refletindo as projeções econômicas e políticas chinesas.

Meredith (2017) adiciona três causas àquelas apontadas por Pecequilo para o fenômeno do Renascimento Africano, sendo estas nas áreas estratégica, econômica e tecnológica. São elas: o desenvolvimento agrícola, a elevação do preço das *commodities* no mercado internacional – em especial o petróleo – e a chegada da telefonia móvel, respectivamente.

Explica Meredith que, no campo agrícola, a partir de 2008 observou-se uma diminuição na oferta mundial de alimentos, acarretando aumento de preços, o que impulsionou a busca pelas vastas terras não cultivadas da África. A comida virou questão de segurança nacional: a segurança alimentar. Empresas estrangeiras iniciaram uma busca por terras africanas para locação ou compra. Congo, Etiópia, Moçambique, Sudão e Tanzânia foram os principais destinos, uma vez que seus governos absorveram a demanda estrangeira e garantiram um baixo custo de suas terras para os investidores, mesmo sob oposição dos agricultores nacionais de subsistência.

Para visualizarmos a dimensão da importância da África nesse cenário, ela possui uma área de aproximadamente 30 milhões de km² e é cortada pela Linha do Equador e pelos Trópicos de Capricórnio e de Câncer. Assim, sua zona tropical representa 43% de toda a área tropical do globo e a produtividade agrária é, em média, três vezes maior nos trópicos do que em outras regiões produtivas (CASTRO, 1981).

Segundo Monié (2012), após a Guerra Fria, a corrida pelo “ouro negro” (forma como se refere ao petróleo), ganhou uma nova dimensão, frente às adversidades da segurança energética mundial, orientada pela globalização do mercado e pelo protagonismo crescente dos países emergentes. Esse novo cenário levou a uma corrida pelo petróleo da África Subsaariana e a um reordenamento gradual dessa região no cenário energético mundial.

Nesse contexto de adversidade da segurança energética mundial e de corrida pelo petróleo africano, o que se observou foi um grande aumento no valor do barril de petróleo, passando de US\$ 20,00 (vinte dólares americanos) para mais de US\$ 100,00 entre 1990 e 2000. Devido a esse aumento de preço, as empresas estrangeiras que exploravam gás e petróleo na África elevaram suas produções nos campos já existente e buscaram a abertura de novos campos de petróleo. Conseqüentemente, o valor das exportações de Angola, Argélia e Nigéria (maiores produtores de gás e petróleo da África) aumentou de US\$ 300 bilhões para mais de US\$ 1 trilhão no mesmo período. Gana, Moçambique, Quênia, Tanzânia e Uganda foram os países que receberam investimentos para a abertura de novos campos de exploração de petróleo e gás.

Já a chegada da telefonia móvel proporcionou uma nova e rápida forma de pagamento, estimulando o consumo de mercadorias, além de fornecer informações sobre o mercado a comerciantes e empresários, tornando os negócios mais dinâmicos. Essa nova ferramenta, associada à internet, revolucionou a forma de fazer negócios. Em 2000, a Nigéria tinha 400 mil telefones fixos. Em 2012, alcançou 60 milhões de linhas de telefonia móvel. Essa facilidade estimulou o aparecimento de novos grupos de empresários por toda a África.

Segundo Saraiva (2015), a África participava com apenas 2% do comércio mundial de recursos minerais, embora possuísse em seu subsolo cerca de trinta diferentes tipos de recursos minerais, com 10 a 15% do petróleo mundial, 45% do cobalto, 58% do ouro e 66% do diamante, o que despertava a cobiça internacional. A economia africana estava alicerçada na exportação de *commodities*, que respondia por 45% do PIB da África, e seu declínio poderia causar retrocesso no processo do Renascimento Africano.

Todos esses fatores responsáveis pelo Renascimento Africano levaram atores econômicos e estratégicos internacionais a fazerem parte do dia-a-dia das principais cidades africanas, buscando parcerias e locais para realizarem seus investimentos no promissor

continente.

Mesmo com críticas internas de que os governantes locais estariam mantendo os antigos métodos de dominação e consolidando ainda mais as desigualdades sociais na África, aqueles agentes internacionais lançavam relatórios com previsões otimistas nos campos econômico, político e social ao se referirem às parcerias feitas entre os Estados africanos e eles mesmos, como uma profecia de cenários favoráveis para o futuro.

De certo, vimos que essa parceria entre Estados, grandes empresas, instituições multilaterais e produtores de *commodities* alavancaram a África a um cenário de reinserção no Sistema Internacional.

3.2 A China: de Deng Xiaoping ao século XXI

Segundo Pecequillo (2012), após a queda do muro de Berlim, em 1989, a China passou por dificuldades semelhantes à ex-URSS, extinta em 1991 após graves crises econômicas e políticas. Entretanto, diferente da ex-URSS, a China conseguiu manter sua integridade territorial e seu modelo político, para, anos mais tarde se afirmar como potência global.

O ápice da crise chinesa foi marcado pelos protestos estudantis e de trabalhadores na Praça da Paz Celestial, em 1989. De acordo com Visentini (2010), tais protestos possuíam, de um lado, representantes de correntes liberais que queria uma reforma política rápida, ampla e profunda e, do outro lado, o Partido Comunista Chinês (PCC), que tentava emplacar uma abertura política mais gradual. Prevaleceu a vontade do PCC e de seu líder Deng Xiaoping, que seguiu com a manutenção da unidade territorial chinesa e sua política de consolidação de uma economia socialista de mercado.

O início desse processo foi a implantação, a partir de 1978, da Política das 4 Modernizações, que, de acordo com Visentini,

(...) consistia numa estratégia de desenvolvimento de longo prazo, abarcando quatro esferas a modernizar: indústria, agricultura, forças armadas e ciência e tecnologia (...). Tais reformas visavam a abertura externa seletiva do país através da criação de áreas específicas para a captação de capital e tecnologia estrangeiras e a instalação de empresas transnacionais, as Zonas Econômicas Especiais (ZEE) (VISENTINI, 2010, p. 94).

Havia a sustentação da estabilidade e independência do regime socialista chinês para que essa política pudesse ser implantada e ela visava à integração da China aos principais mercados do mundo.

No final dos anos setenta, foram criados os espaços preferenciais das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), sendo estes espaços de livre comércio, com legislação flexível e diminuição ou mesmo isenção de impostos. De acordo com Kissinger (2011), estas ZEE possuíam a finalidade de captar novas tecnologias que permitissem uma modernização tecnológica da China e atrair novos investimentos e empresas interessadas em se instalar no país, o que possibilitaria uma elevação qualitativa do que era produzido no país e a diversificação da economia local, de modo a permitir a concorrência dos produtos chineses no mercado internacional.

Desse processo, surgiu o que passou a ser chamada de economia socialista de mercado: a reestruturação no *modus faciendi* do processo produtivo chinês; um mercado capitalista, que deveria ser disseminado por todo o país de forma gradativa; e a manutenção do regime socialista, sob o comando do PCC, que tinha o desafio de controlar essa transformação econômica, mantendo seu regime socialista e sua integridade territorial.

Tal mudança foi bem-sucedida e proporcionou à China significativas taxas de crescimento econômico (PIB), inclusive em épocas de crise como a de 2008/2009, mantendo níveis acima de 5% e chegando a 15% de crescimento anual (GRAF. 2), o que permitiu ao país a manutenção de sua autonomia na definição de suas políticas econômicas.

No cenário internacional, a implantação da Política das 4 Modernizações afastou a China do isolamento e, no final do século XX, buscava uma posição de potência regional e

global, mantendo sua autonomia econômica e política.

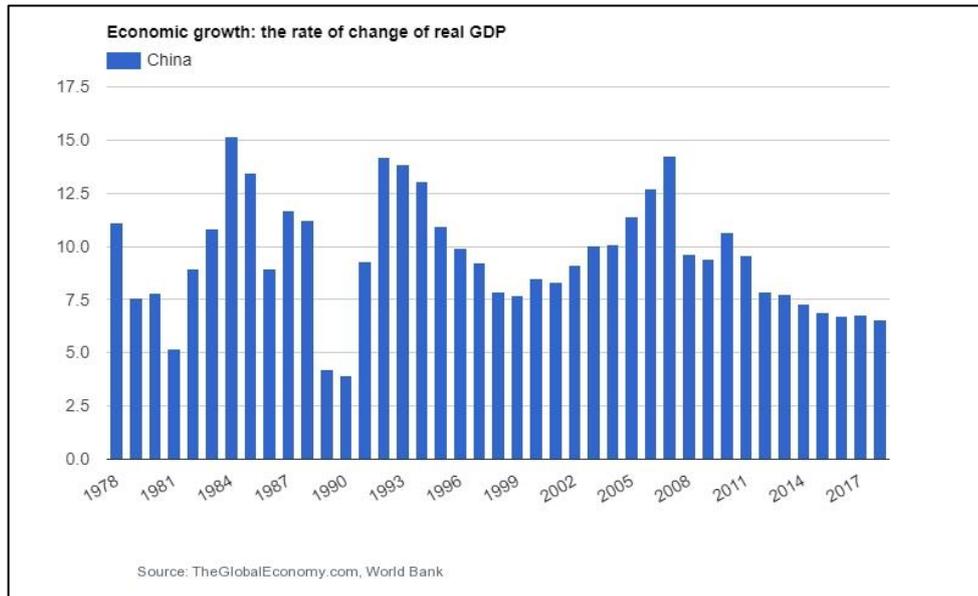


GRÁFICO 2 – Crescimento econômico (variação do PIB) da China entre 1978 e 2018.
Fonte: *site The Global Economy*. Disponível em: <https://www.theglobaleconomy.com/compare-countries/>. Acesso em: 22 maio 2020.

No gráfico, é possível identificar o crescimento anual do PIB chinês entre 1978 e 2018, onde podemos verificar a alta taxa de crescimento do país no período.

A China, com o sucesso de sua Política das 4 Modernizações, juntamente com o término da Guerra Fria e o arrefecimento dos movimentos revoltosos da Praça da Paz Celestial, consolidou-se no Sistema Internacional, adaptando-se à nova realidade em que acabara de se inserir. Entretanto, a China não abandonou suas características de país emergente, isto é, de Terceiro Mundo, todavia com uma forte assertividade nas relações internacionais, fruto de sua independência política e econômica.

Dessa forma, a China consolidou sua política externa com base no multilateralismo, visando a uma reforma no Sistema Internacional, e investiu na cooperação do eixo Sul-Sul²¹, de forma a se fortalecer perante os países do eixo Norte²¹.

²¹ O eixo Sul-Sul refere-se aos países em desenvolvimento, com propósito de promover cooperação tecnológica, econômica, cultural, científica e etc. O termo "sul" deve-se ao fato da maioria desses países estarem localizados no hemisfério sul. Basicamente, engloba os países da África, América Latina e Ásia, além de países do Caribe e da Oceania. Analogamente, o chamado eixo Norte refere-se aos países desenvolvidos, cuja maioria encontra-se no hemisfério norte, basicamente na América do Norte e Europa.

Na década de 1990, a política externa chinesa consolidou-se em duas frentes: ênfase nas relações Sul-Sul e na relação bilateral com os EUA. Para isso, a China adotou uma agenda internacional de relação com mais de 170 países sustentada nos valores básicos da política externa chinesa, quais sejam, os “cinco princípios da coexistência pacífica”. Esses princípios objetivavam a independência, a soberania e a integridade territorial chinesas; a abertura econômica e a modernização; a promoção do desenvolvimento comum dos povos; a defesa da paz mundial; e a colaboração para a criação e manutenção de um ambiente favorável à reforma do Sistema Internacional (MENEZES, 2013).

As relações Sul-Sul se deram tanto regional quanto globalmente, com um discurso assertivo voltado aos países em desenvolvimento, mirando o multipolarismo e reformas político-econômicas no Sistema Internacional. Nessas relações Sul-Sul, a que se sobressaiu foi a aproximação da China com a África, com foco principal na busca de novas fronteiras para o desenvolvimento das economias chinesa e africana, tendo como pilar de sustentação a busca por recursos energéticos, mercado consumidor para os produtos chineses, alimentos para sua enorme população e matéria-prima para a crescente indústria chinesa.

Entretanto, essa parceria foi além de somente cooperação econômica. Outros aspectos surgiram e serão abordados no próximo capítulo.

Podemos dizer que atualmente a política externa chinesa direciona seus esforços para a manutenção de elevados índices de crescimento econômico com base em uma economia socialista de mercado, não deixando de lado a busca pela reforma político-econômica do Sistema Internacional e a defesa de sua soberania e assertividade no cenário internacional. Esses aspectos são fundamentais para a independência, soberania e estabilidade chinesas, elementos essenciais de segurança nacional.

Vimos neste capítulo o desenvolvimento do continente africano desde o período da Guerra Fria, passando pelas independências dos países daquele continente, com todas as

dificuldades e desafios enfrentados naquele período, sejam eles de ordem econômica, social, política, étnica, territoriais ou sanitárias, até o ressurgimento da África e sua reinserção no Sistema Internacional no chamado Renascimento Africano.

Esse fenômeno fez com que as grandes potências voltassem seus olhos para as riquezas desse continente em um mundo globalizado e necessitado principalmente de fontes energéticas e de terras cultiváveis (alimentos), recursos estes existentes na África à espera de investimentos externos para serem explorados. Para isso, diversas mudanças foram necessárias no continente africano, desde reformas políticas, econômicas, de direitos humanos, raciais e de liberdades individuais, até a integração africana com a criação de blocos intracontinentais e sua aproximação com outros continentes. Esse conjunto de mudanças levou a África a elevadas taxas de crescimento econômico e melhora gradativa na solução de seus conflitos internos.

Vimos também a caminhada da China desde a Política das 4 Modernizações de Deng Xiaoping, que modificaram o sistema produtivo e econômico chinês para o que hoje chamamos de economia socialista de mercado: um mercado capitalista, sob o controle e supervisão do sistema socialista do PCC.

Nessa caminhada, diversos foram os desafios a superar como, por exemplo, a manutenção da integridade territorial e do modelo político (socialista) e a superação dos protestos da Praça da Paz Celestial de 1989. Para o sucesso da Política das 4 Modernizações foram criadas as ZEE, permitindo à China sair de seu isolamento e se integrar ao comércio mundial, com produtos diversificados e de melhor qualidade tecnológica, proporcionando à China elevadas taxas de crescimento econômico desde sua implantação (1978).

Dessa forma, a China alcançou uma posição de potência regional e global nas esferas econômica, política e militar, permitindo manter sua independência nas decisões referentes à condução de suas políticas interna, externa e econômica. No campo externo,

investiu no multilateralismo, mantendo sua postura de país em desenvolvimento, com ênfase nas relações Sul-Sul, sob a égide dos “cinco princípios da coexistência pacífica”.

A combinação do Renascimento Africano, com todas as riquezas que o continente tinha a oferecer, com o crescimento chinês, e sua consequente necessidade por recursos energéticos, matéria-prima, mercado consumidor para seus produtos e alimentos para sua população, foi o cenário ideal para a aproximação entre China e África, o que será abordado no capítulo seguinte.

4 AS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS

Após terem sido apresentadas as trajetórias históricas percorridas pela China e pelos países africanos e o que levou a uma convergência de interesses entre ambos, neste capítulo abordaremos como foram as relações entre eles, quais os reais interesses da China e os benefícios dessa relação, nos campos econômico, político, diplomático e estratégico. Por outro lado, também serão apresentados os aspectos negativos dessa relação e as cicatrizes deixadas para o continente africano. Por fim, abordaremos a Nova Rota da Seda ou *Belt and Road Initiative* (BRI), por meio da qual a China incrementa suas relações com alguns países africanos dentro de um projeto de grandes proporções, com o propósito de estabelecer uma integração econômica e de infraestrutura entre a China, sudeste asiático, alguns países do leste da África e Eurásia.

Ao longo do capítulo, construiremos o raciocínio de como as relações sino-africanas se relacionam com a base teórica deste estudo: a Teoria do Espaço Vital e o conceito de *Zeitgeist*.

4.1 Interesses mútuos

A África fora no passado o “quintal” da Europa, com diversos países colonizados por suas metrópoles europeias. Entretanto, no final do século XX e início do século XXI, enquanto o interesse dos países ocidentais pela África diminuía, deixando um “vácuo de poder”, a China via uma grande oportunidade nessa região. O principal impulso para esse interesse foi sua necessidade por matérias-primas (petróleo, produtos agrícolas, madeira, minérios diversos, entre outros) para sua crescente indústria, mas havia também um planejamento de longo prazo para tornar a China o país estrangeiro mais influente no continente africano (MEREDITH, 2017).

A China necessitava se expandir para obter os recursos necessários à continuidade

de seu crescimento econômico e à sobrevivência de sua população (alimentos) – ela precisava aumentar seu Espaço Vital.

Segundo Saraiva (2015), devido ao drama ocorrido na Praça da Paz Celestial em 4 de julho de 1989, o ocidente impôs um isolamento ao regime político de Pequim. Após esse isolamento, ocorreram, no começo dos anos 1990, os primeiros passos de aproximação da China em direção à África, no governo do Primeiro-Ministro Li Peng, podendo-se afirmar que essa aproximação se deu não só por motivação econômica, mas fortemente por motivação política.

Em março de 1990, Li Peng externou o nascer de uma nova ordem mundial durante a visita a Pequim de chefes de Estados africanos. Nessa nova ordem mundial, todos os países seriam iguais e deveriam respeitar-se mutuamente no tocante a suas diferenças ideológicas e de sistema político, não sendo admitido que as democracias ocidentais interferissem em assuntos internos dos países em desenvolvimento, em especial avançar sobre o poder político em nome da democracia, da liberdade ou dos direitos humanos.

Li Peng, ao falar em inadmissibilidade da interferência em assuntos internos de outros países, nos traz à mente a questão do *Zeitgeist*, em que, no mundo idealizado por ele, não mais seriam aceitas práticas do passado. Havia um novo espírito do tempo.

De acordo com Menezes (2013), com a criação do *Forum on China-Africa Cooperation* (FOCAC) – Fórum de Cooperação China-África –, nos anos 2000, os laços entre China e África foram consolidados como uma forte política de aproximação entre ambos. A FOCAC possuía metas ambiciosas: cancelamento de dívidas de países africanos, programas de cooperação técnica em várias áreas, criação de fundo de investimento chinês na África, fluxo comercial entre China e África na ordem de grandeza de US\$ 100 bilhões até 2010, entre outras.

A FOCAC chamou a atenção da mídia internacional e passou a ocupar com

frequência a pauta dos maiores meios de comunicação, contudo por vezes de forma negativa. Notícias sensacionalistas eram veiculadas, tais como “invasão chinesa na África” e “a nova partilha da África”, transmitindo a ideia de que a China somente exploraria as matérias-primas dos países africanos, em uma relação totalmente desigual, tornando-os cada vez mais dependentes da China.

Sob a égide de laços históricos, da inexistência passada de uma relação colonial e da narrativa terceiro-mundista, as relações entre China e África no século XXI, embora com traços econômicos predominantes e embasadas no princípio “*win-win*” (ganhos mútuos), demonstraram fortes vieses estratégicos e políticos, obedecendo à *Realpolitik*, expressão alemã usada para explicar as relações entre países voltadas principalmente a aspectos pragmáticos, deixando os princípios morais e as questões ideológicas em segundo plano, bem diferente do padrão das relações com os Estados do ocidente. Em suma, a China não impunha condicionantes para o envio de capitais aos países africanos. Por sua vez, esses países, em face de seu estado de marginalização do pós-Guerra Fria, receberam de forma positiva a aproximação da China (HUGON, 2015).

O interesse da China era obter na África o que ela necessitava, mas não possuía dentro de suas fronteiras. A China buscava seu Espaço Vital.

No tocante à política externa para a África, o campo econômico era o mais importante da relação sino-africana, embora não fosse o único. Essa relação econômica configurava-se pela importação de matérias-primas da África, em especial minerais e petróleo – o que se estende até os dias de hoje –, e pela exportação de produtos industrializados para um respeitável mercado consumidor em crescimento com quase um bilhão de pessoas.

As importações de matérias-primas africanas abasteciam o enorme e crescente parque industrial chinês. Em 2010, a balança comercial da China com a África foi de US\$ 126 bilhões (GRAF. 3), superando o inicialmente previsto quando da criação da FOCAC, que era

de US\$ 100 bilhões para o ano de 2010. Essa balança comercial era levemente deficitária para a China em função dos baixos preços de seus produtos exportados para a África e da alta de preços das *commodities* africanas importadas.

Esse comércio projetou o PIB dos países africanos a patamares elevados. Estimase que cerca de 10% da população africana (90 milhões de pessoas) teriam alcançado o valor de US\$ 5 mil ou mais de rendimentos anuais, tornando-se assim uma classe promissora de consumidores com certo grau de poder de compra (MEREDITH, 2017).

Nas esferas diplomática e política, a África possui 54 assentos na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), de um total de 193²², e a China se mostra como representante genuína dos países em desenvolvimento. Essa união entre China e África se traduz em uma situação favorável para a China nas deliberações da ONU, como por exemplo, o impedimento da admissão do Japão no Conselho de Segurança da ONU ou o não reconhecimento de Taiwan como Estado independente, ambos pleitos chineses, amparados pelos 54 votos dos países africanos.

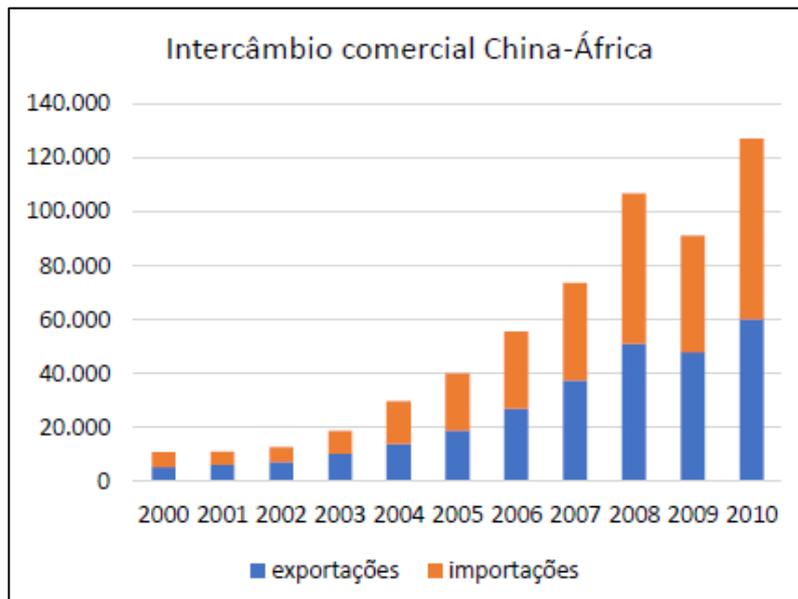


GRÁFICO 3 - Balança comercial China-África de 2000 a 2010 (valores em milhões de dólares americanos).

Fonte: Menezes, 2013, p. 325.

²² Dados obtidos em: <https://www.un.org/en/member-states/index.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

O gráfico nos apresenta o volume financeiro das importações e das exportações entre a China e os países africanos no período de 2000 a 2010. É possível observar o crescimento desse volume ano após ano.

Ainda na diplomacia, a China despeja seu *soft power*²³ na cultura africana com vistas a uma permanência duradoura no continente. Como exemplos de ferramentas utilizadas pela China para o exercício deste *soft power* cultural, podemos citar canais de televisão, as comunidades chinesas nos países africanos, os Institutos Confúcio²⁴ e a formação acadêmica de aproximadamente 10.000 alunos africanos que fazem intercâmbio em instituições chinesas de ensino (HUGON, 2015).

Em termos estratégicos, as relações China-África eram alicerçadas na exportação de gás e petróleo, importantes insumos para a manutenção do crescimento econômico chinês. Por outro lado, a China investia em obras de infraestrutura em países africanos, tais como a construção de refinarias, aeroportos, portos, estradas e modernização urbana. Na seção seguinte serão abordados alguns aspectos negativos dessa “invasão” chinesa na África.

Em sua busca pelo Espaço Vital, a China lançava mão de toda sorte de recursos que não fossem a conquista territorial. Ela se valia da influência sócio-político-econômica e atuava dentro de valores morais e intelectuais aceitos pela comunidade internacional – era o *Zeitgeist* contemporâneo.

Especificamente com relação ao petróleo, a China ocupa a segunda posição no *ranking* dos maiores consumidores do mundo²⁵, atrás apenas dos EUA, o que torna sua relação com alguns países africanos ainda mais importante. Angola, Argélia e Nigéria são os

²³ Para efeitos deste estudo, entende-se como *soft power* o termo usado na teoria das relações internacionais para descrever a habilidade de um Estado influenciar indiretamente o comportamento ou interesses de outros Estados por meios culturais ou ideológicos.

²⁴ O Instituto Confúcio é uma instituição sediada em Pequim, criada pelo governo da China em 2008, com o objetivo de promover o ensino da língua e a disseminação da cultura chinesas. Possui mais de 600 unidades em mais de 146 países. Disponível em: <https://institutoconfucio.com.br/sobre/#quem-somos>. Acesso em: 25 jun. 2020.

²⁵ Dados de 2017. Disponível em: <https://www.eia.gov/tools/faqs/faq.php?id=709&t=6>. Acesso em: 25 jun. 2020.

três maiores produtores de petróleo da África e, junto com outros Estados produtores, exportam para a China cerca de 30% de todo o petróleo consumido por ela.

Nas últimas duas décadas, o que de fato se observa é uma “invasão” chinesa na África. As lojas de diversos países africanos foram dominadas por produtos chineses e nas capitais e grandes cidades não há uma grande obra pública de infraestrutura que não tenha recursos chineses, sejam portos, aeroportos ou rodovias. Para exemplificar, em 1988, a China ajudava financeiramente trinta países africanos com cerca de US\$ 60 milhões. Em 1990, após os governos africanos declararem apoio à China, aqueles passaram a receber o somatório de US\$ 374 milhões. Em 2000, os valores chegaram a US\$ 10 bilhões e, em 2011, aos US\$ 129 bilhões, divididos entre 49 países em 800 projetos de ajuda. Esses elevados valores despejados pela China na África são fortemente responsáveis pelo chamado Renascimento Africano (SARAIVA, 2015).

Líderes africanos e autoridades chinesas se empenharam para a concretização do estreitamento de laços entre China e África. Nesse sentido, diversas *joint-ventures*²⁶ foram criadas em setores variados, tais como telecomunicações, exploração de petróleo, geração de energia, mineração e manufatura. Seguindo o rumo traçado pelo governo chinês, milhares de empresários e cerca de 800 empresas chinesas investiram recursos nos países africanos, seja em lojas, fazendas e restaurantes ou comprando imóveis e construindo fábricas. Como consequência, produtos e comerciantes chineses eram personagens comuns em muitas cidades e vilas africanas. Ao longo de dez anos, constatou-se a mudança de cerca de 1 milhão de chineses para a África, entre fazendeiros, médicos, empresários, técnicos e garimpeiros (MEREDITH, 2017).

²⁶ *Joint-ventures*, neste caso, são associações de duas empresas com a finalidade de tirar proveito de sua atividade econômica, por um tempo definido, sem a perda da identidade própria de cada empresa. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2110:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 25 jun. 2020.

4.2 Cicatrizes no continente africano

As relações sino-africanas foram traçadas dentro de um estilo predominante de *Realpolitik*, que, mesmo tendo proporcionado ao continente africano alcançar um patamar elevado de crescimento econômico no século XXI, recebeu fortes críticas dos EUA e da Europa, em função da China não condicionar os investimentos e ajudas econômicas aos países africanos a contrapartidas políticas como direitos humanos, agindo assim de forma não intervencionista em assuntos internos de cada país. A consequência foi que, para que fossem atingidos os objetivos das relações sino-africanas, em especial os econômicos, cicatrizes foram deixadas na sociedade africana, o que acabou por prejudicar a forma como os próprios africanos viam essas relações.

As culturas chinesa e africana são diferentes e isto acarretou em um choque cultural devido à massiva presença de chineses na África, gerando uma forte rejeição às comunidades chinesas instaladas nos países africanos.

Esses fatores negativos nas relações sino-africanas são o resultado da união entre *Realpolitik* e a busca pelo Espaço Vital nos moldes em que se deu, isto é, sem pretensões de ocupação territorial e, conseqüentemente, sem maiores preocupações com o meio ambiente local.

Em termos econômicos, as relações sino-africanas basearam-se, do ponto de vista africano, na exportação de insumos para a China, o que, embora tenha aberto caminho para investimentos nos países africanos e crescimento dos respectivos PIB, deixou um legado negativo: a “primarização” da economia africana, levando a dificuldades para o desenvolvimento industrial do continente, da mesma forma como ocorreu no período colonial.

As relações trabalhistas também geraram atritos entre os chineses e a sociedade local: a enxurrada de produtos chineses de baixo preço foi apontada como motivo da quebra das frágeis indústrias locais, gerando desemprego. Além disso, chineses foram acusados de

desrespeitar leis trabalhistas e de poluir o meio ambiente. Baixos salários e condições de trabalho ruins foram outros fatores geradores de divergências. Mesmo os setores que geravam as maiores receitas para os países africanos, como petróleo, gás e mineração, deixavam a desejar na geração de empregos, pois menos de 1% da força de trabalho era de africanos. Somente cerca de 25% dos trabalhadores nativos possuíam salários regulares e estabilidade em seus empregos. Ademais, grande parte da riqueza adquirida, oriunda do lucro gerado pelas atividades econômicas desenvolvidas na África, não ficou no continente – foi enviada para outras partes do mundo (MEREDITH, 2017).

Voltando às questões ambientais, de acordo com Menezes (2013), a construção da barragem de Merowe, no Sudão, foi motivo de duras críticas à China pela forma como desenvolvia e financiava seus projetos na África. Essa barragem, um dos maiores projetos do setor hidrelétrico da China na África, com capacidade de gerar 1.250 megawatts e possuidor de um reservatório de 476 km² de área, causou severos impactos socioambientais devido à diminuição do fluxo de água para a região à jusante da barragem e consequente escassez de água para a população daquela região, forçando o deslocamento de milhares de moradores de Addis Abeba, na Etiópia.

Outra questão que causou críticas à China foi o envolvimento com o tráfico de marfim, comprometendo ainda mais a existência dos elefantes na África. O marfim sempre fora cobiçado pelos chineses e, com o rápido crescimento econômico do final do século XX e início do século XXI, a nova classe média resultante desse crescimento elevou a procura pelo marfim, fazendo seu preço aumentar mais de 500% entre 2006 e 2013. Esse grande aumento de preço levou ao aumento do tráfico. A China foi o destino de cerca de 70% de todo o marfim africano resultante de tráfico nesse período. Em 2013, diante do alarme mundial sobre o risco de extinção da população de elefantes africanos, a China recuou e introduziu penas mais severas para o tráfico de marfim (MEREDITH, 2017).

Nas relações políticas, o pragmatismo Chinês em colocar os negócios em primeiro lugar adequou-se muito bem aos sistemas autocráticos africanos. A China interessava-se nas riquezas da África, sem qualquer compromisso com aspectos humanitários, estando disposta a fazer negócios com ditadores e seus regimes autoritários.

Segundo Alden (2007), as relações militares entre China e alguns países africanos foram significativamente incrementadas. A China passou a vender armas e apoiar alguns “Estados vilões”²⁷, o que contribuiu para fomentar conflitos em Angola, Chade, Etiópia e Sudão.

A forma como a China relacionava-se com os Estados africanos suscitava críticas do ocidente e da própria África. Pelo ocidente, as críticas eram no sentido da China possuir um papel cada vez mais dominante perante os países africanos e com isso minar os esforços de promover uma boa governança, agravando a corrupção. Já os africanos, queixavam-se quanto ao aparecimento de um novo imperialismo.

4.3 *Belt and Road Initiative* – A Nova Rota da Seda

A Rota da Seda nos remonta ao século VI a.C. e era uma rede de rotas comerciais interligadas, unindo o sul do continente asiático ao europeu. O principal produto negociado era, como o próprio nome da rota nos faz deduzir, a seda, fabricada exclusivamente na China e desejada por homes e mulheres. Produtos como o marfim africano, ouro, pele de animais, vinho e animais de montaria eram levados para a China e esta, além da seda, vendia ervas aromáticas e perfumes.

Esses caminhos comerciais somente receberam o nome de Rota da Seda no século XIX, após terem sido “batizados” por Ferdinand von Richthofen (1833-1905), um geógrafo

²⁷ Termo usado pelos EUA no pós-Guerra Fria para descrever os Estados insatisfeitos com a nova ordem mundial decorrente da queda do Muro de Berlim e da dissolução da ex-URSS, quando o modelo ocidental (capitalismo e democracia) prevaleceu. Tais Estados desestabilizam o seu entrono, mas não o Sistema Internacional como um todo. São Estados revolucionários ou revanchistas que rejeitam as normas internacionais e o *status quo* (Litwak, 2000, p. 47).

alemão.

A importância destas rotas ia além das trocas comerciais, eram também culturais, uma vez que as diferentes culturas chinesa e ocidental entravam em contato e naturalmente interagiam, gerando trocas culturais.

A Rota da Seda passava por importantes centros comerciais à época, como as antigas cidades de Antioquia (atual Antáquia, na Turquia) e Constantinopla (atual Istambul, também na Turquia). Além dessas cidades, a Rota da Seda também passava pelo que hoje é a Síria, Cazaquistão, Uzbequistão, Iraque, Afeganistão, Grécia, Índia e, é claro, a China²⁸.

Uma Nova Rota da Seda, também chamada de *Belt and Road Initiative* (BRI), foi anunciada pelo presidente chinês Xi Jinping em 2013. A BRI é composta pela *Silk Economic Road* (parte terrestre), cobrindo a Eurásia continental, e a *Maritime Silk Road* (parte marítima), conectando portos chineses no sudeste da Ásia a países do Oriente Médio, do nordeste e Chifre da África e da Europa, passando pelo Oceano Índico, Mar Vermelho, Canal de Suez e Mar Mediterrâneo. Em 2018, Xi Jinping anunciou que a BRI também incluiria a América Latina.

A BRI (FIG. 1), um grande projeto de integração econômica e de infraestrutura, compreende cerca de 71 países, um terço do PIB e 60% da população mundial. O somatório dos valores já executados, em execução ou planejados na concretização da BRI é estimado em US\$ 575 bilhões (BANCO MUNDIAL, 2018).

No tocante ao continente africano, objeto deste estudo, países como o Egito, Djibuti e Quênia colocam a África na Nova Rota da Seda. Vale ressaltar que a experiência chinesa, em suas relações com os países africanos no que concerne à construção de infraestrutura (portos, aeroportos, estradas, refinarias, etc.) como forma de impulsionar os fluxos comerciais, serve agora como base da BRI (PAUTASSO, 2016). Assim, a experiência

²⁸ Para mais informações acesse: <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/a-rota-seda.htm> e <https://www.acervoescolar.com/rota-da-seda>.

adquirida pela China nas relações com a África foi usada na concepção e implantação da BRI.

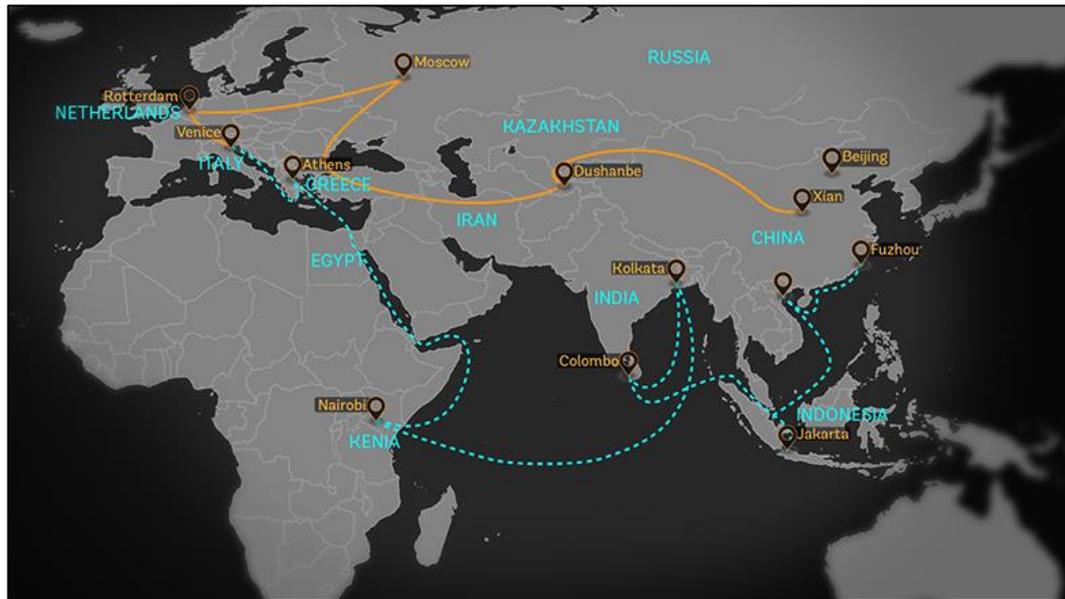


FIGURA 1 – *Belt and Road Initiative*.

Fonte: Banco Mundial, 2018. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/regional-integration/brief/belt-and-road-initiative>. Acesso em: 29 jun. 2020.

A figura nos mostra o traçado da BRI, interligando a China a países do sudeste asiático, África e Europa, com suas *Silk Economic Road* e *Maritime Silk Road*.

Uma vez mais vemos a expansão chinesa em países africanos. Essa expansão – Espaço Vital – foi pautada na influência político-econômica.

O Egito é um caso a parte. Sua localização é crucial para a *Maritime Silk Road* em virtude do Canal de Suez ser o elo de ligação entre o Oceano Índico e o Mar Mediterrâneo. Em 2016, o presidente chinês Xi Jinping visitou o Egito e incentivou empresas chinesas a tomarem parte em grandes projetos no Egito, incluindo a construção de uma nova capital administrativa fora do Cairo²⁹.

Em 6 de agosto de 2015, exatamente um ano após o início das obras, o Egito concluiu o Novo Canal de Suez, em parceria com investimentos chineses. Estima-se um aumento no volume de receitas anuais provenientes do tráfego marítimo, em função do novo

²⁹ Para mais informações acesse: <https://thediplomat.com/2016/01/xis-visit-cements-egypts-place-on-the-belt-and-road/>.

canal, de US\$ 5,3 bilhões para US\$ 15 bilhões entre 2015 e 2023. Para Han Bing, ministro conselheiro para assuntos econômicos na embaixada da China no Cairo,

O Egito pode desempenhar o papel principal nas iniciativas chinesas devido à sua posição geográfica estratégica (comunicado feito pela agência de notícias chinesa *Xinhua* em 2015)³⁰,

não restando dúvida quanto à importância estratégica do novo canal e do Egito para a BRI.

Outro importante país para a BRI, o Djibuti recebeu a primeira base naval chinesa no exterior. O Djibuti, localizado no Chifre da África, entre o Mar Vermelho e o Golfo de Áden, está estrategicamente posicionado de frente para o estreito de Bab-el-Mandeb, com apenas 20 quilômetros de largura e por onde passam cerca de 3,8 milhões de barris de petróleo por dia (dados de 2017)³¹.

A China alega que a base tem a finalidade de prestar apoio logístico aos navios chineses operando naquela área em combate à pirataria, manutenção da paz e assistência humanitária. Apesar de a China resistir à denominação de “base militar”, é nítido seu esforço para construir uma marinha com capacidade de operar em águas oceânicas em escala global e com apoio de seu primeiro porta-aviões, batizado de Liaoning³².

No Quênia, o governo de Xi Jinping assinou um acordo para a construção do porto de Lamu com a finalidade de integrar a Etiópia e o Sudão do Sul por meio de outros projetos de infraestrutura, como refinarias de petróleo, aeroportos, ferrovias, cabos de fibra ótica e rodovias. Desta forma, faz-se a integração da emergente indústria de petróleo e gás da África Oriental com mercados asiáticos³³.

Apresentamos nesta seção a Rota da Seda e a BRI, a participação de países africanos nessa gigantesca iniciativa chinesa e a importância desses países para a composição

³⁰ Dados obtidos em: <https://br.sputniknews.com/mundo/201508071796616/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

³¹ Dados obtidos em: https://br.sputniknews.com/oriente_medio_africa/201707298981518-base-militar-china-djibouti-nao-e-o-que-parece/. Acesso em: 30 jun. 2020.

³² Dados obtidos em: <http://br.sputniknews.com/mundo/20151127/2900669/china-base-baval-ultramarina-eua-djibouti.html>. Acesso em: 30 jun. 2020.

³³ Para mais informações acesse: <https://www.beltandroad.news/2019/10/16/kenya-confirms-full-commitment-to-belt-road-with-first-oil-export-2/> e <https://www.beltandroad.news/2019/12/15/kenya-set-to-gain-from-belt-road-initiative/>.

e funcionamento da BRI, em especial o Egito devido às questões relacionadas ao Canal de Suez.

Podemos analisar a participação desses países na BRI como parte das relações sino-africanas, que ocorrem desde a década de 1990, ao passo que a BRI foi anunciada posteriormente, em 2013.

Assim, a participação de países da África nesse projeto grandioso da China, que visa à integração econômica e de infraestrutura desde a China até a Europa, por terra e mar, pode ser vista como a continuação das relações entre a China e África sob as mesmas premissas já apresentadas nas seções anteriores: relações primordialmente econômicas, com ganhos mútuos, sem intervenções em assunto internos dos países africanos e sem exigências em troca dos investimentos.

Finalizando este capítulo, ao confrontarmos as relações entre China e África com nosso embasamento teórico, isto é, a Teoria do Espaço Vital e o conceito de *Zeitgeist*, seria bastante factível analisar a procura da África pela China como a busca por seu Espaço Vital, onde ela procura os recursos necessários para o desenvolvimento do país e bem estar/sobrevivência de seu povo. Entretanto, não observamos, como na Teoria do Espaço Vital, uma expansão territorial, com a conseqüente migração e ocupação (domínio) do novo território. O que vemos é uma “ocupação” de forma mais aceitável aos dias atuais, isto é, sob um *Zeitgeist* contemporâneo, sem que haja conquista/domínio territorial, mas sim com forte influência econômica, social e política.

Ainda sobre a Teoria do Espaço Vital, dizia Ratzel que a expansão de uma espécie em seu novo Espaço Vital – novo terreno em conquista – dependia, entre outros fatores, da resistência encontrada devido à existência de outras espécies que ali já habitavam, o que levaria à concorrência por recursos necessários à sobrevivência das espécies e nos remeteria à seleção natural de Charles Darwin, em que as espécies melhores adaptadas teriam mais

chances de sobrevivência e de permanecer naquele espaço geográfico.

No nosso caso concreto, após a “invasão” chinesa na África ter chamado a atenção de outras grandes potências, ocorreu uma nova corrida em direção à África por estas potências, que passaram a se fazer presentes na África, como os EUA, Índia, Rússia e até mesmo o Brasil. Esta presença seria, remetendo-nos à Teoria do Espaço Vital, uma outra espécie existente no terreno, não previamente, mas que chegou a *posteriori*, para competir com a presença chinesa, disputando influência e não a própria continuidade de sua existência como na Teoria do Espaço Vital. Dessa forma, até mesmo esta disputa se dá sob um *Zeitgeist* contemporâneo, não por existência/permanência como no passado, mas por influência, dentro de um jogo de xadrez geopolítico em que o globo terrestre é o tabuleiro.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as relações entre China e África e relacioná-las com a Teoria do Espaço Vital e com o conceito de *Zeitgeist*, a fim de concluirmos se existe aderência entre aquelas relações e esta teoria e conceito.

A Teoria do Espaço Vital de Ratzel, em suma, refere-se à necessidade das espécies – no nosso caso, do ser humano e sua sociedade – expandirem seu território geográfico em busca de melhores condições de vida para seus indivíduos, seja pela busca do espaço propriamente dito ou de recursos essenciais à sua sobrevivência e bem estar, como alimentos e recursos energéticos, por exemplo.

O *Zeitgeist* ou “espírito do tempo” – sua tradução da língua alemã – trata do *modus faciendi* comportamental de uma sociedade em uma determinada época, ou seja, do modo como aquela sociedade convive, interage com outras e se comporta em face dos valores morais e intelectuais vigentes naquele período. Conforme as sociedades e seus valores evoluem, aquele *modus faciendi* se molda a estes novos valores. Assim, comportamentos sociais vistos como normais e aceitos em certas épocas podem ser inaceitáveis em outras.

Os Estados africanos tiveram suas independências das metrópoles europeias entre as décadas de 1950 e 1970, durante o período da Guerra Fria, quando estavam sob a influência estadunidense naquele mundo bipolarizado entre EUA e ex-URSS. Ao término da Guerra Fria, a África deixou de ter importância geopolítica para os EUA e demais países do ocidente, em especial os europeus, deixando de estar sob o manto dos EUA. Assim, os problemas decorrentes de suas independências afloraram e diversas crises internas eclodiram, entre elas, crises humanitárias, sanitárias (epidemias), alimentares, fronteiriças, raciais (*Apartheid*) e de gestão da política interna. Por todos esses motivos, a África sofreu uma marginalização no Sistema Internacional.

Entretanto, a África possuía uma vasta gama de riquezas inexploradas ou pouco

exploradas: petróleo, gás, diversos minerais em seu subsolo e terras cultiváveis em um mundo com população crescente e necessidade de alimentar essa população. Nesse contexto, a partir do início século XXI, observamos o chamado Renascimento Africano, com a África ressurgindo no Sistema Internacional em virtude de uma revitalização econômica, reconstrução interna, democratização de regimes políticos e apaziguamento de conflitos internos.

Com essas mudanças e as riquezas existentes no continente, a África se torna interessante especialmente para a China e alcança níveis de crescimento econômico sustentável acima da média de outros países em desenvolvimento e melhorias sociais e sanitárias, o que cria um ambiente favorável para a criação de diversos fóruns de cooperação estratégica, econômica, política e social, como o IBAS, BRICS, SADC, SACU e OUA, de âmbito somente africano ou envolvendo outros continentes.

Grande parte do Renascimento Africano deveu-se aos pesados investimentos chineses no continente.

A China, com a queda do Muro de Berlim e fim da Guerra Fria, enfrentou crises econômicas e políticas semelhante às da ex-URSS, mas conseguiu manter sua unidade territorial e seu sistema político – o socialismo. As manifestações ocorridas em 1989 na Praça da Paz Celestial, que terminaram com a vitória do PCC, impuseram à China um isolamento por parte dos países do ocidente.

A China de Deng Xiaoping havia implantado, desde 1978, a Política das 4 Modernizações, que continha como pilares de sustentação de seu crescimento a indústria, a agricultura, as forças armadas e a ciência e tecnologia. Parte integrante desta política era a criação das ZEE, que tinham por objetivo a modernização tecnológica da China por meio da obtenção de tecnologia de empresas interessadas em se instalar nessas ZEE com incentivos fiscais e a captação de recursos estrangeiros. Foram justamente as ZEE, no pós-Guerra Fria e

consequente isolamento sofrido pela China devido aos incidentes da Praça da Paz Celestial, que a permitiram uma reinserção chinesa no mercado internacional e o posterior atingimento da condição de potência regional e global.

A China não abriu mão de sua condição de país em desenvolvimento (Terceiro Mundo) e utilizou isso para se colocar como protagonista da ascensão global dos países desse bloco.

Nesse contexto, a China viu a África como uma oportunidade de reinserção no Sistema Internacional, juntamente com a operação de suas ZEE. Assim, a aproximação entre China e África se deu, inicialmente, por questões mais de cunho político, embora na prática as relações comerciais fossem e ainda sejam as mais robustas.

Essas relações se dão dentro do conceito de *Realpolitik*, isto é, focadas em aspectos pragmáticos, deixando as questões ideológicas e morais em segundo plano, diferente das relações com países ocidentais. Dessa forma, a China tinha interesse no gás e no petróleo africanos, além de matérias-primas para sua crescente indústria, terras cultiváveis (alimento para sua enorme população) e mercado consumidor para seus produtos manufaturados. Em troca, fazia pesados investimentos em infraestrutura nos países africanos (estradas, hidrelétricas, ferrovias, aeroportos, portos, etc.). Era uma “simbiose” benéfica para ambos (*win-win*): a África possuía os recursos que a China necessitava para se firmar e ampliar sua posição de potência e, em contrapartida, a China realiza pesados investimentos na África, financiando, em grande parte, o Renascimento Africano.

Mas as relações não eram de todo benéficas para a África. As questões trabalhistas e ambientais foram alvo de inúmeras insatisfações por parte da comunidade internacional e dos próprios africanos. A grande maioria da força de trabalho era de chineses, não gerando empregos para africanos. Apenas cerca de 1% dos empregos gerados era para africanos e desses apenas 25% possuía salário regular e estabilidade, sendo os salários baixos. A invasão

de produtos chineses baratos acabava por quebrar as pequenas e frágeis indústrias africanas, gerando desemprego. Além disso, as condições de trabalho eram ruins.

Nas questões ambientais, não havia preocupação com a poluição nem com as consequências de grandes obras. Por exemplo, a construção da barragem de Merowe, no Sudão, causou a diminuição do fluxo de água para comunidades a jusante da barragem, obrigando o deslocamento de milhares de moradores de Addis Abeba, na Etiópia.

Outra questão foi o tráfico do marfim africano, que ameaçou de extinção os elefantes do continente. Em 2013, a China chegou a ser o destino de 70% de todo o marfim contrabandeado da África, levando-a a endurecer suas leis.

Em um projeto grandioso de interligação econômico e de infraestrutura entre a Ásia, Europa, África e China, esta deu início em 2013 à Nova Rota da Seda, ou *Belt and Road Initiative*, que, para a África, foi a ampliação das relações existentes com a China. Esse projeto possui duas vertentes: a parte terrestre e a marítima. É na parte marítima, a *Maritime Silk Road*, que a África se faz presente, por meio do Egito, Quênia e Djibuti.

O Egito possui importância estratégica devido ao Canal de Suez, elo de ligação entre o Oceano Índico e o Mar Mediterrâneo. Um novo canal, com investimentos chineses, foi construído para aumentar a capacidade de tráfego marítimo e com isso aumentar o volume negociado entre China e países europeus, o que trouxe significativo aumento de receita para o Egito, administrador do canal.

O Quênia recebeu um novo porto em Lamu, visando integrar a Etiópia e o Sudão do Sul ao comércio com a China. Foram construídas refinarias de petróleo, aeroporto, ferrovias e rodovias para permitir a integração física entre esses países, de modo a permitir à China explorar comercialmente o petróleo e gás da África Oriental.

Em Djibuti, com localização geográfica estratégica, no ponto de ligação entre o Golfo de Áden e o Mar Vermelho, a China construiu sua primeira base naval no exterior, sob a

alegação de prestar apoio logístico aos navios chineses operando naquela área em combate à pirataria, manutenção da paz e assistência humanitária. Entretanto, é notório o esforço chinês de desenvolver uma marinha com capacidade de operar em escala global.

Por fim, para responder a pergunta formulada, levemos o que foi estudado para o arcabouço teórico desta pesquisa: a Teoria do Espaço Vital e o conceito de *Zeitgeist*. Observamos que as relações sino-africanas aderem parcialmente à Teoria do Espaço Vital, uma vez que a China busca na África os recursos necessários à continuidade de seu crescimento e do bem estar e sobrevivência de seu povo, mas não por meio de conquista territorial como no passado. Por isso, dizemos que a aderência é parcial. Esta parcialidade, decorrente de uma adequação do *modus faciendi* de outrora – a conquista territorial – para o que é aceito pela sociedade na atualidade – a influência sócio-político-econômica –, é o resultado da evolução do comportamento social para os valores morais e intelectuais vigentes na sociedade atualmente – o *Zeitgeist* contemporâneo.

Com isso, vemos que a aderência das relações sino-africanas à Teoria do Espaço Vital ocorre em sua essência, isto é, no objetivo que se busca naquelas relações (“o que”). Contudo, não há aderência na forma como se busca tal objetivo (“como”), pois ela evoluiu com o passar o tempo.

Assim, é possível concluir que as relações sino-africanas aderem à Teoria do Espaço Vital somente quando esta teoria é analisada à luz do *Zeitgeist* contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- ALDEN, Chris. *China in Africa*. Londres: Zed Books, 2007. 157 p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT 6023: informação e documentação – referências – elaboração*. 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. 68 p.
- BANCO MUNDIAL. *Belt and Road Initiative*. 29 mar. 2018. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/regional-integration/brief/belt-and-road-initiative>. Acesso em: 29 jun. 2020.
- BERENBAUM, Michael. *Holocaust*. **Britannica**. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Holocaust>. Acesso em: 26 jul. 2020.
- BROWNING, Christopher R. *The origins of the final solution: the evolution of Nazi Jewish Policy, September 1939-March 1942*. Jerusalém: Yad Vashem Press, 2004. 616 p.
- CASTRO, Therezinha de. *África: Geo-história, Geopolítica e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. 212 p.
- CHINA construirá sua 1ª base naval ultramarina perto de base dos EUA no Djibouti. **Sputnik**, 27 nov. 2015. Disponível em: <http://br.sputniknews.com/mundo/20151127/2900669/china-base-baval-ultramarina-eua-djibouti.html>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- COMPARE countries with annual data from official sources. **The Global Economy**, 2020. Disponível em: <https://www.theglobaleconomy.com/compare-countries/>. Acesso em: 22 maio 2020.
- EUA se assustam: a base militar da China na África não é o que parecia. **Sputnik**, 10 ago. 2017. Disponível em: https://br.sputniknews.com/oriente_medio_africa/201707298981518-base-militar-china-djibouti-nao-e-o-que-parece/. Acesso em: 30 jun. 2020.
- FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. rev. e ampl. por Júnia Lessa França e Ana Cristina de Vasconcellos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 255 p.
- FRANCISCO, Wagner de Cerqueira. *Apartheid*. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/apartheid.htm>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- HUGON, Philippe. *Geopolítica da África*. 3 ed. Lisboa: Escolar Editora, 2015. 395 p.
- INSTITUTO CONFÚCIO. *Quem somos*. Disponível em: <https://institutoconfucio.com.br/sobre/#quem-somos>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- KENYA confirms full commitment to Belt & Road with First Oil Export. **Belt and Road News**, 16 out. 2019. Disponível em: <https://www.beltandroad.news/2019/10/16/kenya-confirms-full-commitment-to-belt-road-with-first-oil-export-2/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

KENYA set to gain from Belt & Road Initiative. **Belt and Road News**, 15 dez. 2019. Disponível em: <https://www.beltandroad.news/2019/12/15/kenya-set-to-gain-from-belt-road-initiative/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2011. 572 p.

LITWAK, Robert S. *Rogue States and U.S. foreign policy: containment after the Cold War*. Pennsylvania: The Woodrow Wilson Center Press, 2000. p. 47. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=Tpd_ykOXXeUC&pg=PA43&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=4#v=onepage&q=rogue&f=false. Acesso em: 26 jul. 2020.

LOPES KOTZ, R.; CARLETTI, A.; CORREIA, G. J. *A Nova Rota da Seda*. **Carta Internacional**, v. 14, n. 3, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/921>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MENEZES, Gustavo Rocha de. *As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. 353 p.

MEREDITH, Martin. *O destino da África: cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2017. 740 p.

MONIÉ, Frederic. *Geografia e geopolítica do petróleo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. 368 p.

NOVO canal de Suez completa a Rota da Seda chinesa. **Sputnik**, 5 out. 2015. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/mundo/201508071796616/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

O QUE foi e é a Rota da Seda. **Acervo Escolar**. Disponível em: <https://www.acervoescolar.com/rota-da-seda>. Acesso em: 29 jun. 2020.

PAUTASSO, Diego. *O papel da África na Nova Rota da Seda Marítima*. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 1, n. 2, p. 124-136, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/67028/40021>. Acesso em: 29 jun. 2020.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Manual do Candidato: Política Internacional*. 2. ed. atual. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. 398 p.

REINELT, Janelle. *Zeitgeist*. **Contemporary Theatre Review**, v. 23:1, p. 90-92, 18 mar. 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10486801.2013.765132>. Acesso em: 4 jul. 2020.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *A África no século XXI: um ensaio acadêmico*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015. 146 p.

SMITH, Woodruff D. *Friedrich Ratzel and the Origins of Lebensraum*. **German Studies Review**, v. 3, n. 1, p. 51-68, 1980. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1429483?seq=1>. Acesso em: 5 abr. 2020.

SOUSA, Rainer Gonçalves. *A Rota da Seda*. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/a-rota-seda.htm>. Acesso em: 29 jun. 2020.

_____. *Inquisição*. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/guerras/inquisicao.htm>. Acesso em: 5 jul. 2020.

TIEZZI, Shannon. *Xi's visit cements Egypt's place on the "Belt and Road"*. **The Diplomat**, 22 jan. 2016. Disponível em: <https://thediplomat.com/2016/01/xis-visit-cements-egypts-place-on-the-belt-and-road/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

UNITED NATIONS. *Member States*. Disponível em: <https://www.un.org/en/member-states/index.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). *What countries are the top producers and consumers of oil?*, 1º abr. 2020. Disponível em: <https://www.eia.gov/tools/faqs/faq.php?id=709&t=6>. Acesso em: 25 jun. 2020.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A África moderna: um continente em mudança*. Porto Alegre: Ed. Leitura XXI, 2010. 152 p.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. *O que é? Joint-venture*. **IPEA**, ano 3, 25. ed, 3 ago. 2006. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2110:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 25 jun. 2020.